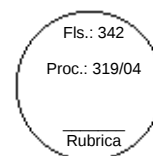




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



**Processo:** nº 319/2004 (f).

**Origem:** Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal.  
(ex-Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal).

**Assunto:** Tomada de Contas Especial - TCE.

**Valor Débito:** R\$ 99.739,43 (noventa e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos).

**Ementa:** . Tomada de Contas Especial realizada com o objetivo de apurar a ocorrência de prejuízo ao erário decorrente da obra de reforma da rede elétrica do Estádio Mané Garrincha (Decisão nº 4.445/2003, item “d” - fls. 02/03).

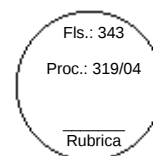
. Apresentação de razões de justificativa pelo Sr. Agrício Braga Filho (fls. 142/162).

. Decisão nº 2.697/2005 (fls. 236/237). Determinação de reinstrução dos autos em vista de questionamentos suscitados quanto à correção do valor do débito imputado aos responsáveis Agrício Braga Filho e João Lopes Neto.

. Manifestação da Divisão de Auditoria da 2ª ICE, na forma do Relatório de Inspeção nº 2.0028.05 (fls. 255/282), corrigindo o valor do débito para excluir os valores correspondentes aos itens em relação aos quais não foi possível precisar a quantidade porventura não aplicada à obra e, ao final, pugnando pela aplicação de multa aos responsáveis e pelo ressarcimento do débito apurado, na forma das conclusões de fls. 281/282.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



**. O titular da 2ª ICE propõe ajustes nas sugestões ofertadas no Relatório de Inspeção, na forma da manifestação de fls. 283/284.**

**. Citação da empresa Engecol Projetos e Edificações Ltda, contratada para a execução dos serviços, para apresentar defesa, em razão da constatação da ocorrência de sobre-preço nas planilhas de materiais e serviços, bem como de pagamento a maior de despesas com pessoal (Despacho Singular nº 228/2006 - CRR - fls. 301/303).**

**. Razões de defesa apresentadas pela empresa Engecol Projetos e Edificações Ltda, suscitando sua ilegitimidade passiva por não ter sido chamada a compor a relação processual e a ocorrência de prescrição, haja vista o decurso do tempo entre a execução dos serviços e a presente tomada de contas especial (fls. 306/318).**

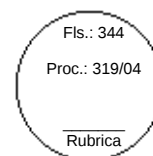
**. A Divisão de Contas da 2ª ICE sugere ao Tribunal que tome conhecimento da defesa apresentada para, no mérito, negar-lhe provimento, bem como para incluir a empresa contratada nas sugestões IV e V de fls. 284 para cientificá-la do ressarcimento do débito e da aplicação de multa (Informação nº 34/2007 - fls. 321/330).**

**. O Ministério Público de Contas do Distrito Federal acompanha a instrução (Parecer nº 315/07-IMF - fls. 331/341).**

**. Conhecimento. Acolhimento, com acréscimos, da proposta da instrução. Improcedência das alegações de defesa apresentadas pelo Senhor AGRÍCIO BRAGA FILHO e pela empresa ENGECOL – PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA. Condenação dos servidores e da empresa contratada ao ressarcimento do débito e aplicação de multa aos agentes públicos proporcional ao valor do prejuízo.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



## **RELATÓRIO**

Cuidam os autos da tomada de contas especial instaurada com o objetivo de apurar os fatos que determinaram a ocorrência de prejuízo ao erário, seu montante e os respectivos responsáveis, decorrente da reforma da rede elétrica do Estádio Mané Garrincha, nos termos do que restou determinado no item V da Decisão nº 4.445/2003, em relação aos fatos constantes do Processo nº 220.000.421/2000 da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

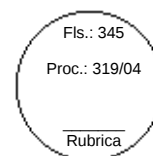
A Divisão de Auditoria da 2ª ICE, reportando-se aos elementos constantes no Relatório de Inspeção nº 2.0030.00, juntado por cópia aos presentes autos, atribuiu aos Senhores AGRÍCIO BRAGA FILHO e JOÃO LOPES NETO a responsabilidade pela irregularidade das despesas tratadas no Processo nº 220.000.421/2000-SEL, no montante de R\$ 70.949,98 (Informação nº 07/2004 - fls. 110/111).

Devidamente citados para apresentar razões de defesa, apenas compareceu aos autos o Sr. AGRÍCIO BRAGA FILHO, quando requereu que fosse relevada a intempestividade da peça e, no mérito, contestou os Achados de Auditoria constantes do Relatório de Inspeção nº 20030.00, argüindo, em síntese, que:

- não foi demonstrado de forma clara e objetiva os itens da planilha utilizados em quantidades inferiores aos da planilha orçamentária (Achado 1);
- a divergência no número de empregados na obra se explica pela urgência em que foi requerida a execução do serviço, sendo utilizados até 3 (três) turnos para sua execução (Achado 1);



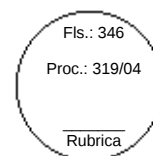
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- os serviços foram entregues no dia 19.09.2000, conforme demonstra o atestado de execução visto às fls. 149/150, sendo realizados em apenas 17 dias (Achado 1);
- a contratação não se deu com fundamento em inexigibilidade de licitação, mas sim em decorrência de dispensa, que foi justificada pelo Secretário de Estado de Esporte e Lazer, não se tornando necessária a autorização e publicação de referido ato para sua validade (Achado 2);
- a ausência de parecer jurídico foi suprida por parecer técnico que justificou a necessidade e urgência na realização da obra (Achado 3);
- houve justificativa para escolha do contratado, que se pautou pelo menor preço dentre as três propostas apresentadas (Achado 4);
- houve equívoco da instrução ao examinar a planilha orçamentária dos serviços, já que não há valor de hora trabalhada, mas *"o valor do salário dos profissionais multiplicado por 2"* (Achado 5 - item A);
- a diferença salarial entre o profissional Técnico Eletricista e o Eletricista justifica-se porque o primeiro é profissional especializado e o segundo é somente prático (Achado 5 - item B);
- não houve o apontado superfaturamento ou sobrepreço dos itens constantes da planilha, haja vista a pesquisa realizada pelo defendente no mercado de São Paulo e Brasília que levou em consideração a utilização de produtos elétricos de ponta como, por exemplo, disjuntores com ruptura de 30 KA e a aplicação de fios, cabos, fusíveis e eletrodutos de maior



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



qualidade (Achado 5 - item C).

Com estas considerações e juntando aos autos os documentos de fls. 149/157, o responsabilizado requereu que este Tribunal acolhesse os argumentos apresentados para afastar as impropriedades que lhe foram atribuídas pela instrução.

As alegações de defesa foram detidamente examinadas pela Divisão de Contas da 2ª ICE nos termos da Informação nº 133/2004 que, refutando as colocações do Sr. AGRÍCIO BRAGA FILHO ante sua insuficiência para afastar as irregularidades noticiadas e a efetiva ocorrência do prejuízo suportado pelo erário, sugeriu ao Plenário o conhecimento da defesa apresentada para, no mérito, considerá-la improcedente, cientificando os Srs. AGRÍCIO BRAGA FILHO e JOÃO LOPES NETO para ressarcirem, de forma solidária, o débito no valor atualizado de R\$ 99.227,79 (noventa e nove mil, duzentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos), considerando, ainda, os fatos apurados como motivadores de irregularidade nas contas anuais dos Administradores e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, Processo nº 929/2001, em relação ao gestor AGRÍCIO BRAGA FILHO.

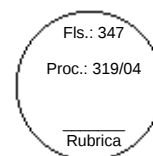
O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº002/2005-IMF, acolheu as sugestões da instrução, com o acréscimo das propostas de envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, bem como à Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

Deferida a sustentação oral nos termos da Decisão nº 970/2005 e anexado Memorial pelo defendente AGRÍCIO BRAGA FILHO, foi determinada a realização de diligência interna para elucidação dos questionamentos relativos à apuração do valor do débito (Decisão nº 2.697/2005 - fls. 236/237).

Em cumprimento a esta diligência, a Divisão de Auditoria da 2ª ICE elaborou o minucioso Relatório de Inspeção nº 2.0028.05 (fls. 255/282) que, debruçando-se sobre as ponderações suscitadas no Memorial referente à sustentação oral e sobre os questionamentos constantes do item III da Decisão nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



2.697/2005, aduziu que:

- não procedem as alegações quanto à apontada divergência no quantitativo de pessoal empregado na obra pois, mesmo superado o equívoco incorrido pela empreiteira ao indicar a unidade de mão-de-obra como sendo “hora”, quando o correto é “mês”, a instrução considerou, em sua apuração, o mesmo número de profissionais indicados na proposta contratada para a definição do valor do prejuízo, utilizando a seguinte metodologia:

*“- embora tido como excessivo pela Equipe de Inspeção, e negado por servidores da SEL, foi considerado, para os cálculos, o mesmo número de profissionais apresentados na proposta da Contratada (fl. 70/72), ou seja, 01 engenheiro, 01 encarregado, 02 técnicos eletricitas, 02 eletricitas, 03 auxiliares técnicos, 01 pedreiro, e 04 ajudantes, num total de 14 profissionais;*

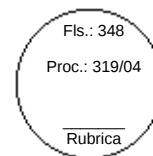
*- também foi considerado os valores de remuneração e de encargos sociais apresentados na proposta da Contratada;*

*- considerando que o prazo de execução dos serviços era de dois meses (sessenta dias), o qual, conforme apurado, não ultrapassou dez dias, a Equipe de Inspeção, por questão de segurança, dobrou esse prazo (2 x 10 = 20 dias) e glosou a diferença; ou seja, a Jurisdicionada pagou por sessenta dias de trabalho, só foram efetivamente trabalhados dez dias, e a Equipe de inspeção considerou vinte dias, isto é, um terço.”*

- a questão abordada pelo Defendente acerca da diferença salarial entre técnico eletricitista e profissional eletricitista foi abordada no Relatório de Inspeção nº 2.0030.00, em seu



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



parágrafo 91 (fl 35), figurando, apenas, como um dos indícios da prática de atos fraudulentos, não sendo determinante nas conclusões apresentadas, no cálculo do prejuízo ao Erário. Trata-se de matéria de somenos importância, diante do panorama levantado;

- a ocorrência de sobrepreço na execução dos serviços que, segundo o defendente, poderia ser explicada pela utilização de disjuntores do tipo industrial, foi afastada pelos seguintes fundamentos:

*"se se tratasse de característica relevante do material, a especificação quanto a tensão de ruptura deveria estar especificada na proposta da Contratada, o que não ocorreu (fls. 70/72, 90/91);*

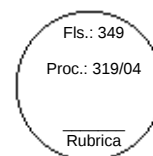
(...)

*de posse das alegações contidas no Memorial e em decorrência da determinação plenária, item III da Decisão nº 2.697/2005, § 16, a Equipe de Inspeção realizou nova visita aos quadros de eletricidade da SEL e do Estádio Mané Garrincha, acompanhada de representantes da Contratada, engenheiros Célio e Bruna, de eletricista da SEL, senhor Nilton, e do Defendente, senhor Agrício Braga Filho; **não foi identificado nenhum disjuntor com as características técnicas alegadas pelo Defendente, ou seja, todos os disjuntores instalados e existentes nos prédios da Jurisdicionada são do tipo comum.***

*34. Assim, não assiste razão ao Defendente, também com relação à argumentação ora analisada. E, neste caso, os elementos usados quando da Sustentação Oral perante a Corte de Contas, registrados no Memorial em foco, destoavam da realidade."*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- quanto à averiguação da execução dos serviços, na forma e nos quantitativos indicados no Atestado de Execução, conforme previsto no item 3, "a" da Decisão nº 2.697/2005, destacou-se que:

*"35. O Atestado de Execução em causa é o de nº 002/2000, e indica, apenas, quantitativos de serviços e de materiais. Não apresenta a forma de execução, não faz referências a fabricantes ou modelos dos materiais, não indica com precisão os locais onde os materiais foram utilizados. Daí, a vistoria realizada à época pela Equipe de Inspeção, devidamente acompanhada do Eletricista e do Executor do Contrato, conforme Relatório de Inspeção nº 2.0030.00, de 23.02.2001, Título 2, fls. 31/39.*

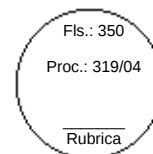
*36. Assim, com relação aos quantitativos, o resultado da vistoria realizada à época foi acostado às fls. 160/161.*

*37. Conforme já mencionado, nova vistoria foi realizada no local, sem que alterações em relação ao Relatório anterior fossem identificadas (fls. 241/251).*

*38. Com relação à alegação de que, "passados 05 (cinco) anos de sua realização até o momento atual, não apresentou nenhum problema", de fato, em entrevista com servidores da Secretaria, não foi identificado problema relevante com a rede elétrica do Estádio e da SEL nesses cinco anos. Entretanto, tal informação nos afigura irrelevante na conclusão dos Autos. As irregularidades apontadas referem-se, resumidamente, a sobrepreços e à não-execução de serviços, de modo que o fato de parcela dos serviços executados não ter apresentado problemas, até o presente momento, não ilide as*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*irregularidades apresentadas. E mais, não serve como atenuante, pois realizar serviços técnicos eficientes é dever de todo aquele que também contrata com a Administração Pública.*

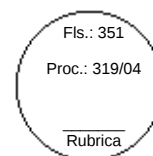
39. Por isso, de destacar excerto da Decisão nº 2.697/2005 que se refere à "tendo em conta notícia do senhor AGRÍCIO BRAGA FILHO de que a reforma, passados 05 (cinco) anos de sua realização até o momento atual, não apresentou nenhum problema". Tal informação parece-nos irrelevante neste contexto, pois o questionamento constante dos Autos que originou a responsabilização do Defendente refere-se a sobrepreço - seja em função do pagamento por materiais e mão-de-obra não utilizados, seja por estimativas de preços superiores aos valores de mercado - e não à má qualidade dos materiais empregados. Aliás, é o que se espera de qualquer obra, sobretudo pública, e, neste caso, diante do exposto nos Autos, que o serviço tenha sido bem prestado; e dure muito tempo. Entendimento contrário revela-se perigoso, pois poderia dar margem a conclusões no sentido de que serviços realizados com sobrepreços poderiam ser relevados desde que bem executados."

- Quanto ao item 3, "b", acerca da base utilizada para a conclusão de que os materiais com quantidade zero não foram utilizados, apontou a instrução que:

"40. O critério para verificação da efetiva aplicação dos materiais constantes da Proposta da Engecol (fls. 70/72) e do Atestado de Execução nº 002/2000 (fls. 90/91) foi a inspeção, in loco. Guiados pelo Administrador do Estádio, senhor João Lopes Neto, e pelo eletricitista da Secretaria, senhor Anderson, a Equipe de Inspeção percorreu e vistoriou os locais da reforma que teria sido realizada, naquela ocasião (§§ 82, 83, 95, 104 - fls. 32, 33, 36/37, 38/39).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



41. Desta feita, foi realizada tentativa de identificar os materiais constantes da proposta da Engecol. Em caso de dúvidas quanto à aplicação de determinado material ou quanto ao quantitativo, a Equipe de Inspeção adotou procedimento conservador, considerando o material como aplicado ou o quantitativo maior.

42. Em referência ao assunto, cumpre enfrentar argumentação trazida à baila pelo diligente Conselheiro-Relator, verbis:

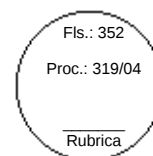
"Assim penso porque a Instrução informa (§ 87 - fl. 34) que não foi possível examinar a totalidade dos serviços, por absoluta impossibilidade de verificar os quantitativos dos itens utilizados depois de executados, tais como: terminais, fiação, eletrodutos, abraçadeiras, buchas, rolos de fita isolante etc. Esta informação deixa em dúvida o valor do prejuízo apontado pela 2ª Inspeção de Controle Externo.

Além disso, no demonstrativo de apuração do débito (fls. 160/161), vários itens apresentam quantidade apurada zero (coluna D), por exemplo: fio flexível 4mm2 vermelho (item 6.2); fio flexível 4mm2 preto (item 6.3); cabo sintenax 50mm2 (item 8.2); cabo sintenax 35 mm2 (item 8.3) e cabo sintenax 25 mm2 (item 8.4). Quer isso dizer que tais materiais, ao ver da 2ª ICE, não foram empregados na reforma da rede elétrica do referido Estádio. Daí por que esteja aquela Unidade Técnica da Corte computando o valor total desses materiais como prejuízo aos cofres públicos distritais.

Ora, se a 2ª ICE reconhece que não pôde precisar a quantidade de materiais utilizados nos serviços em causa, qual foi a base



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*utilizada para concluir que esses materiais deixaram de ser utilizados no serviço em referência e, de consequência, para incluí-los totalmente no valor do débito que se atribui aos servidores da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer?*

*Com efeito, não vislumbro nos autos elementos que respondam a essa indagação. Por isso, deve a 2ª ICE elucidar tal assunto.” (fls. 231/232)*

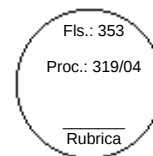
43. *Em que pese o cuidadoso trabalho realizado pelo Corpo Técnico, a dúvida do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator é consistente. Objetivando suprimir quaisquer dúvidas ou injustiças porventura imagináveis - muito embora o imperativo do Princípio do Dever de Prestar Contas, aplicável aos servidores e à Contratada - não se contestará a argumentação apresentada. Limitou o Corpo Técnico a excluir da Planilha de fls. 160/161 os materiais em questão, tais como fiação, terminais e eletrodutos, vez que abraçadeiras, buchas e rolos de fita isolante não tinham sido incluídos.*

44. *Dessa feita, os itens 4.1 a 4.6, 5.1 a 5.3, 6.1 a 6.3 (ala sul e ala norte) e 8.1 a 8.7 serão considerados como aplicados, retirando-se os respectivos valores da Planilha de fls. 160/161. A nova Planilha encontra-se acostada às fls. 252/253. Portanto, o valor do débito original passará de R\$ 70.949,98 para R\$ 63.873,85, data base 22.09.2000, conforme fl. 111.*

45. *O novo valor do débito, em 14.06.2006, conforme sistema de atualização monetária desse Tribunal - SINDEC - e de acordo com a Portaria TCDF nº 212/2002, totaliza R\$ 99.739,43, fl. 254.”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- Quanto ao item III,"c", sobre o esclarecimento da metodologia empregada para a composição dos preços constantes da planilha, demonstrando a compatibilidade dos materiais pesquisados com os serviços examinados:

*"53. Em relação à aduzida determinação da Colenda Corte de Contas, a metodologia de pesquisa utilizada, conforme constante do Relatório de Inspeção nº 2.0030.00 (§§ 84 e seguintes, fls. 33/34), baseou-se nas informações ofertadas, à época, pela Jurisdicionada e pela Empreiteira e o cotejo das mesmas com fornecedores situados no mercado de Brasília.*

*54. Conforme já mencionado em parágrafos anteriores, os materiais utilizados nos serviços de eletricidade são compatíveis com aqueles utilizados em nossas residências, não se fazendo necessário informações técnicas adicionais. Portanto, a pesquisa realizada é perfeitamente aplicável ao caso concreto e continua sendo válida."*

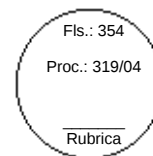
- Os esclarecimentos acerca da marca dos materiais considerados na planilha, conforme dispôs o item III, "c", foi respondida nos seguintes termos:

*"55. As informações constantes dos Autos SEL nº 220.000.421/2000 são aquelas referentes à proposta da Engecol (fls. 70/72) e ao Atestado de Execução (fls. 149/150), limitando-se, ambos os documentos, a descrições sucintas, não fazendo menção a nomes de fabricantes ou valor de ruptura, no caso específico dos disjuntores.*

*56. Assim, a pesquisa realizada pela Equipe de Inspeção, por meio de fac-símile (fls. 158/159), resumiu-se a cópia da descrição dos materiais constantes da propostas da Engecol à fls. 70/72 e*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*do Atestado de Execução (fls. 149/150).*

*57. Portanto, tem-se a esclarecer que, diante da ausência de especificação adequada pela própria Secretaria e pela Empreiteira, a pesquisa não foi realizada visando fabricantes específicos. Tomou-se, apenas, o cuidado de cotar marcas conhecidas como Siemens, Westinhouse etc.. Conforme já comentado, o fato de a Jurisdicionada não fazer uso de materiais elétricos especiais, sobretudo disjuntores, valida a pesquisa realizada.*

*(...)*

*62. Tomou-se como amostra o disjuntor tripolar de 50A, modelo 5SX1 C50, marca Siemens, instalado na Jurisdicionada. De acordo com pesquisa realizada por telefone junto à empresa WL de Oliveira, telefone 3361-9510, vendedor Freitas, dia 25/05/2006, 14h50min, a cotação foi de R\$ 55,00, cerca de 35% menor do que o valor contratado a seis anos atrás por R\$ 74,22, conforme proposta da Contratada (fl. 70). A pesquisa realizada pela Equipe de Inspeção, em dezembro/2000, apontou um valor de R\$ 31,57 (fl. 159). Portanto, não restam dúvidas da consistência da pesquisa de mercado realizada à época, nem da prática de sobrepreço."*

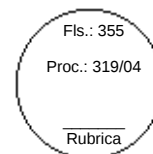
- O prejuízo apurado em 2/3 do valor da mão-de-obra (item III, "e"), foi explicado da seguinte forma:

*"64. Esse assunto já foi esclarecido nos parágrafos 19/28 deste Relatório.*

*65. Não há registros por parte da Equipe de Inspeção, nem documentos comprobatórios que atestem a realização dos serviços durante vinte dias, em*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



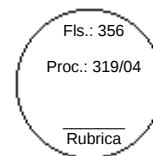
*três turnos. Pelo contrário, além da não-complexidade dos trabalhos, o resultado de entrevista realizada com servidores da SEL, inclusive o próprio eletricista, aponta para apenas dez dias de trabalho. Assim, em relação à mão-de-obra, a glosa poderia ter sido maior ainda do que aquela efetivamente realizada, vez que a Equipe de Inspeção considerou vinte dias.”*

Com estas considerações, o Corpo Técnico fez as seguintes sugestões ao Plenário:

- a) tome conhecimento do Ofício nº 1388/GAB-ASTEL/CGDF, de 24.06.2005, da Corregedoria-Geral do Distrito Federal;*
- b) julgue os senhores Agrício Braga Filho e João Lopes Neto, solidariamente, em débito com o Erário pelo valor de R\$ 99.739,43, atualizado até 14.06.2006, cientificando-os para, no prazo de trinta dias, recolherem aos cofres públicos o referido montante, atualizado até a efetiva data de pagamento;*
- c) delibere sobre aplicação de multa, aos senhores Agrício Braga Filho e João Lopes Neto, com fulcro no artigo 57, inciso III, da Lei Complementar nº 01/1994, concedendo-lhes prazo de trinta dias para recolhimento;*
- d) considerando o disposto no art. 88, incs. II e III, c/c art. 87, incs. III e IV, da Lei de Licitações; no art. 1º, inc. X, da LO/TCDF; no art. 10, inc. V, e 14 da Lei nº 8.429/92; no art. 153, parágrafo único, do Regimento Interno desse Tribunal, determine à Governadoria do Distrito Federal a instauração do devido processo administrativo, objetivando apuração da prática de atos fraudulentos das empresas*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*citados no Título 2, bem como, aplicar as sanções cabíveis;*

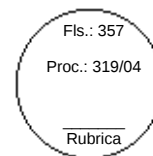
- e) considere os fatos narrados nestes Autos como motivadores de irregularidades nas Contas Anuais dos Administradores e demais Responsáveis da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal, Processo nº 929/2001, em relação ao gestor Agrício Braga Filho;*
- f) autorize o encaminhamento de cópias das folhas 240 e seguintes ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, em complementação às cópias remetidas por meio dos Ofícios nºs 1992/2005 e 1993/2005, nesta ordem, para as medidas pertinentes.”*

O titular da 2ª ICE propôs ajustes nas sugestões ofertadas, submetendo ao Plenário a seguinte proposta de deliberação:

- ”I - tome conhecimento do Ofício nº 1388/GAB-ASTEL/CGDF, da Corregedoria-Geral do Distrito Federal;*
- II - ao tomar conhecimento da defesa de fls. 142/148 e do Memorial de fls. 215/221, considere, no mérito, improcedentes as alegações apresentadas;*
- III - considere revel, para todos os efeitos, o Sr. João Lopes Neto;*
- IV - nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Orgânica TCDF, autorize a cientificação dos Srs.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*Agrício Braga Filho e João Lopes Neto, para, no prazo de 30 dias, providenciarem o ressarcimento, de forma solidária, do débito de R\$ 99.739,43, atualizado até 14/06/2006;*

V - *delibere sobre aplicação de multa, de valor proporcional ao dano causado, aos senhores Agrício Braga Filho e João Lopes Neto, com fulcro no artigo 56 da Lei Complementar nº 01/1994;*

VI - *considere os fatos narrados nestes autos como motivadores de irregularidade nas Contas Anuais da Secretaria de Esportes e Lazer, Processo nº 929/01, em relação ao Gestor Agrício Braga Filho;*

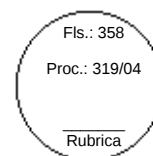
VII - *autorize o encaminhamento de cópia do Relatório de Inspeção nº 2.0028.05 ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, em complementação às cópias remetidas em atenção à Decisão nº 2697/05."*

Nos termos do Parecer nº 1198/2006-IMF, o Ministério Público de Contas acompanhou a Instrução, na forma das ponderações ofertadas pelo Inspetor (fls. 285/300).

Diante da verificação da ocorrência de sobre-preço em vários itens da planilha, que foram confirmados pelo Relatório de Inspeção nº 2.0028.05, e de valores pagos a maior a título de despesa com pessoal, determinei a audiência da empresa contratada para apresentar defesa quanto às irregularidades noticiadas, vindo aos autos as razões vistas às fls. 313/318 que aduzem, em síntese, a sua ilegitimidade passiva por não ter sido chamada a compor a relação processual e a ocorrência de prescrição, haja vista que os serviços foram executados há mais de 5 (cinco) anos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Referida peça foi examinada pela Divisão de Contas da 2ª ICE que, salientando que a defendente não se manifestou sobre os indícios de sobre-preço nos materiais e no pagamento a maior da mão-de-obra aplicada aos serviços contratados, sugeriu ao Plenário que:

- "I - tome conhecimento da defesa apresentada pela empresa Engecol - Projetos e Edificações Ltda (fls. 313/318), para, no mérito, rejeitá-la em razão dos argumentos ali apresentados;*
- II - inclua referida empresa nas sugestões IV e V de fls. 284, quanto à cientificação e aplicação de multa."*

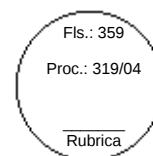
O Ministério Público de Contas manifesta sua aquiescência à proposta da instrução na forma do Parecer nº 315/07-IMF, declinando preciosos fundamentos para afastar a alegada ocorrência da prescrição e da ilegitimidade de parte.

É o relatório.

**VOTO**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Os esclarecimentos prestados pela instrução acerca dos aspectos que foram objeto da diligência demonstraram, de forma suficientemente clara, que, de fato, as irregularidades na execução dos serviços de reforma da rede elétrica do Estádio Mané Garrincha ocasionaram prejuízo ao erário, a reclamar seu ressarcimento pelos responsáveis.

Entretanto, tenho por pertinente destacar que a apuração adotada para a obtenção do valor do prejuízo com o pagamento da mão-de-obra, objeto do item III, "e" da Decisão nº 2.697/2005, carece de pequeno reparo que, entretanto, não modifica necessariamente o valor apontado pela instrução.

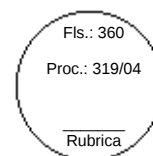
Conforme esclarecido pelo Relatório de Inspeção nº 2.0028.05, o montante considerado como prejuízo ao erário levou em conta a utilização da mão-de-obra pelo período de 20 (vinte) dias, correspondente ao dobro do prazo de execução do serviço informado pelos agentes na inspeção que foi realizada, importando o prejuízo, portanto, ao equivalente financeiro da diferença entre os 60 (sessenta) dias que foram pagos e os 20 (vinte) dias considerados pela instrução.

No entanto, conforme afirmação do próprio defendente nos autos (fl. 143), reportando-se ao atestado de execução visto às fls. 149/150, os serviços foram executados em 17 (dezessete) dias. Assim, nada obstante a coerência dos argumentos da instrução para a apuração do montante do prejuízo ocasionado pelo pagamento da mão-de-obra por período superior ao que foi efetivamente necessário à realização dos serviços, creio que os elementos já constantes dos autos, no caso, o atestado de execução e a confirmação do fato pelo próprio defendente, eliminam quaisquer dúvidas quanto ao pagamento indevido a título de mão-de-obra pelo período superior aos dezessete dias de efetivo trabalho. No caso, a diferença de apenas três dias entre o período considerado pela instrução e aquele reconhecido pelo próprio defendente permite que seja dispensada a confecção de novos cálculos, de forma a manter-se o mesmo montante do prejuízo calculado pela instrução, vez que, apesar de irrisório, a adequação importaria em acréscimo do montante atribuído aos responsabilizados.

Tal esclarecimento se presta para afastar futuras alegações que



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



procurem tornar inconsistente a argumentação desenvolvida pela instrução, enfatizando a confissão do defendente quanto à irregularidade do pagamento, haja vista que no atestado de execução que delimita o prazo da execução dos serviços em 17 (dezesete) dias também há a aplicação do fato de multiplicação “2” sobre a unidade “mês”, a indicar expressamente que o pagamento foi feito considerando-se o prazo de 2 (dois) meses e não o efetivamente utilizado para a execução dos serviços.

À exceção deste aspecto, concordo com as bem lançadas colocações do Corpo Técnico, na forma das ponderações do titular da 2ª ICE, acerca dos aspectos que inicialmente determinaram a realização da diligência de que cuida a Decisão nº 2.697/2005.

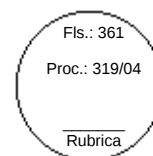
Assim, superadas quaisquer dúvidas quanto ao montante do prejuízo em discussão, passo ao exame da atribuição da responsabilidade aos agentes indicados nos autos.

Conforme anotado nas percuientes análises desenvolvidas pelo Corpo Técnico, as razões de defesa apresentadas pelo Senhor AGRÍCIO BRAGA FILHO não afastaram as irregularidades decorrentes da celebração do ajuste para a execução dos serviços de reforma da rede elétrica que reverteram no prejuízo apurado no montante de R\$ 99.739,43 (noventa e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos) atualizado até 14.06.2006.

De fato, mesmo as ponderações trazidas à baila em razão da sustentação oral proferida da tribuna, que levaram à exclusão dos itens nº 4.1 a 4.6, 5.1 a 5.3, 6.1 a 6.3 e 8.1 e 8.7 da planilha de fls. 160/161, reduzindo pontualmente o valor inicialmente apurado, não permitiram afastar a ocorrência das graves irregularidades narradas nos autos, subsistindo, assim sua responsabilização pelo ressarcimento do prejuízo. Destaco que a celebração do ajuste, por dispensa de licitação, sem o cumprimento dos requisitos previstos no art. 26 da Lei de Licitações, especificamente quanto à justificativa do preço e do prestador do serviço, que, pela ocorrência de superfaturamento, traz prejuízo ao erário, tipifica a solidariedade passiva do gestor para fins de ressarcimento. Com efeito, o liame de causalidade entre a celebração ilegal do ajuste e o prejuízo financeiro que este reverte para o erário enseja a responsabilidade solidária do signatário da avença, no caso o titular da pasta governamental, do executor do contrato, que falhou em sua atribuição de fiscalização direta e do terceiro beneficiado, conforme textualmente prevê o art. 17, §



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



2º, da Lei Complementar nº 01/1994.

Saliente-se que o sobrepreço dos valores fez-se presente desde a celebração do ajuste, não sendo fato ocorrido apenas no momento de sua execução. Deste modo, tal vício alcança todos os agentes que participaram da celebração do contrato e de sua execução. Ressalto que a responsabilização solidária do signatário do ajuste em caso de contratação com sobrepreço também é reconhecida pelo Tribunal de Contas da União que, ao apreciar a responsabilização em caso de superfaturamento de contrato ressaltou ser solidária a responsabilidade do gestor signatário do contrato, conforme se observa da ementa e do seguinte trecho do voto proferido no Acórdão nº 55/2006-2ª Câmara, verbis:

*"RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. SUPERFATURAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RESPONSABILIDADE DO GESTOR. INSUFICIÊNCIA DAS ALEGAÇÕES. NEGADO PROVIMENTO.*

*1. Responde solidariamente com o gestor público a empresa contratada sob preços superfaturados.*

*2. A alegada extensão do rol de atividades cometidas a uma das recorrentes não justifica a prática do ato inquinado, no caso a celebração de contrato e de termo aditivo contendo vícios relevantes, porquanto é dever do administrador público assegurar-se da regularidade dos atos que pratica.*

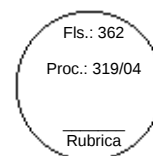
*3. Mantém-se o julgamento pela irregularidade das contas, ante a insuficiência das razões apresentadas e a inexistência de elemento novo capaz de alterar o juízo de valor emitido pela deliberação recorrida."*

*(...)*

*"5. Essas alegações não merecem acolhida por parte desta Câmara. A uma, porque a alegada extensão do rol de atividades cometidas à Secretaria Adjunta de Obras não justifica a celebração de contrato e de termo aditivo contendo vícios relevantes, como os que ora se examina. A duas, porque, antes de referendar os atos praticados pela Comissão de Licitação e celebrar contratos e termos aditivos,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*competia à responsável, por força de lei, verificar a regularidade desses atos e dessas avenças. A três, porque o TCU não questionou a boa-fé da recorrente, mas lhe imputou responsabilidade por uma conduta culposa. Finalmente, cabe destacar que o Ministério Público isentou de responsabilidade o Secretário Adjunto porque esse gestor, ao contrário da recorrente, não assinou o contrato questionado nem o 1º termo aditivo nem tampouco foi responsável pelas Notas de Autorização de Despesa, Empenho, Sub-empenho e Encaminhamentos que ensejaram o pagamento das obras superfaturadas.”*

Do mesmo modo, também deve ser responsabilizado o Senhor JOÃO LOPES NETO, de forma solidária, em razão de ter atestado a execução dos serviços em patamares superiores àqueles efetivamente realizados, especificamente no que concerne aos itens de materiais e quanto ao período de pagamento da mão-de-obra empregada. Estas irregularidades ocasionaram o prejuízo experimentado e não foram sequer questionadas pelo agente, que voluntariamente deixou de exercer sua faculdade legal de apresentar razões de defesa.

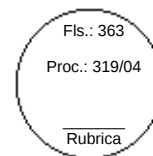
Assinalo, ainda, que a participação da empresa contratada, ENGECOL - PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA, mostrou-se decisiva para a prática das irregularidades que resultaram no prejuízo experimentado, a reclamar sua inclusão no rol de responsabilizados.

A seu turno, as alegações de defesa deduzidas por citada expressa limitaram-se, como assinalado, a questionar sua legitimidade para figurar na presente tomada de contas especial e na ocorrência de prescrição, deixando de aduzir qualquer fundamentação minimamente relevante quanto ao mérito propriamente dito.

Para afastar tais indagações, adoto, como fundamento de decidir, a análise desenvolvida pelo *Parquet* no parecer do ilustre Procurador Inácio Magalhães Filho, do qual destaco a precisa avaliação da questão suscitada pela empresa defendente:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*"Os pontos principais levantados na defesa e bem delineados pela unidade de apoio foram a ilegitimidade passiva do defendente por não ter sido chamado a compor a relação processual e o decurso de tempo, haja vista que os serviços foram efetivado há mais de 5 anos.*

*Quanto à primeira indagação, esta não procede, uma vez que o Tribunal antes de proceder ao julgamento das contas, oportunizou ao defendente o exercício do contraditório e ampla defesa, e este não trouxe aos autos elementos que pudessem descaracterizar as irregularidades levantadas neste autos, ou seja: i) a divergência do quantitativo de pessoal empregado na obra; e ii) indícios de sobre-preço na execução do serviços e demais aspectos arrolados na instrução que reverteram em prejuízo ao erário.*

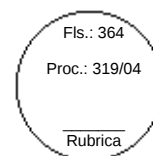
*Em relação à prescrição, importa ressaltar que existem duas teses discutidas no âmbito Do Tribunal de Contas da União (cf. voto condutor do Acórdão nº 78/2005 - Plenário, Relator Min. Benjamin Zimler): a da imprescritibilidade, em razão de interpretação literal do art. 37, §5º, da Constituição Federal (precedentes: Decisão nº 667/95 - Plenário, Acórdão nº 12/98 - 2ª Câmara, Acórdão nº 248/2000 - Plenário) e a da prescrição vintenária, aplicando-se subsidiariamente os artigos 177/179, do Código Civil (precedente: Acórdão nº 08/97 - 2ª Câmara).*

*Com o advento do Novo Código Civil, julgados recentes do TCU, entendem que a prescrição tratada pelo art. 177, do CC 1916 (prescrição vintenária), passou a ser regulada pelo art. 205, do código vigente (prescrição decenal) - (cf. Acórdão nº 904/2003 - 2ª Câmara).*

*Já nesta Corte de Contas vigora a tese da imprescritibilidade, em razão da interpretação literal do art. 37, §5º, da Constituição Federal - (Decisões nº 3038/99 e 326/01 - TCDF)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*Nessa linha de entendimento, tem-se a manifestação de Celso Ribeiro Bastos, comentando esse dispositivo constitucional<sup>1</sup>:*

*‘No que tange aos danos civis, o propósito do texto é de tornar imprescritíveis as ações visando ao ressarcimento do dano causado. É de lamentar-se a opção do constituinte por essa exceção à regra da prescritibilidade, que é sempre encontrável relativamente ao exercício de todos os direitos’.*

*De forma semelhante, o Professor José Afonso da Silva manifestou o seguinte entendimento quanto ao referido dispositivo constitucional<sup>2</sup>:*

*‘A prescritibilidade, como forma de perda da exigibilidade de direito, pela inércia de seu titular, é um princípio geral do direito. Não será, pois, de estranhar que ocorram prescrições administrativas sob vários aspectos, quer quanto às pretensões de interessados em face da Administração, quer quanto às desta em face de administrados. Assim é especialmente em relação aos ilícitos administrativos. Se a Administração não toma providências à sua apuração e à responsabilização do agente, a sua inércia gera a perda do seu ius perseguendi. É o princípio que consta do art. 37, § 5º, que dispõe: A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. Vê-se, porém, que há uma ressalva ao princípio. Nem tudo prescreverá. Apenas a apuração e punição*

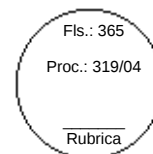
---

1 Comentários à Constituição do Brasil, Ed. Saraiva, Tomo III, pág. 167

2 Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª Edição, Malheiros Editores, pág. 574



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



do ilícito, não, porém, o direito da Administração ao ressarcimento, à indenização, do prejuízo causado ao erário. É uma ressalva constitucional e, pois, inafastável, mas, por certo, destoante dos princípios jurídicos, que não socorrem quem fica inerte (*dormientibus non succurrit ius*). Deu-se assim à Administração inerte o prêmio da imprescritibilidade na hipótese considerada' (grifou-se).

Esse também é o entendimento do eminente Conselheiro e Professor Dr. Jorge Ulisses Jacoby, em 'Tomada de Contas Especial', 2ª edição, Editora Brasília jurídica, in verbis:

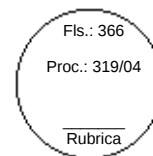
*'A constituição Federal colocou fora do campo de normatização da Lei o prazo prescricional da ação de ressarcimento referente a prejuízos causados ao erário, só podendo a lei estabelecer o prazo prescricional para os ilícitos, como tal podendo-se entender os crimes;*

*(...) A TCE é um processo administrativo que objetiva quantificar um dano causado ao erário e identificar a autoria, possuindo natureza preparatória da ação civil. Sendo instrumental e acessória em relação à ação de reparação de danos, e considerada pela jurisprudência como prejudicial de mérito em relação à ação civil, deve seguir o mesmo prazo prescricional que essa ação. Logo, como desde a Constituição Federal a ação de ressarcimento de danos causados ao erário tornou-se imprescritível, a TCE não é mais alcançada pela prescrição.'* (grifamos)

Dessume-se, portanto, que, nesta Corte de Contas, em princípio, vigora o princípio da imprescritibilidade em relação aos débitos oriundo de TCE, por força de dispositivo constitucional retrocitado, festejando, assim, os postulados da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*supremacia do interesse público e da moralidade administrativa.*

*Diante disso, ante a insuficiência de argumentos que pudessem sobrepor as provas produzidas, este membro do Ministério Público de Contas acompanha integralmente as novas sugestões trazidas pela Instrução, sem prejuízo das proposições ofertadas no Parecer nº 1198/06-IMF."*

Com efeito, a oportunidade conferida a citada empresa para a apresentação de razões de defesa, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, fulmina a pretensão de que seja reconhecida a ilegitimidade passiva postulada.

De igual modo, não procede a alegação de ocorrência de prescrição, vez que o prejuízo advindo da prática de sobrepreço, como exaustivamente comprovado nos autos, não está sujeita ao prazo prescricional quinquenal.

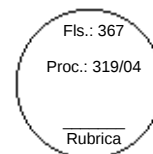
A elucidativa manifestação ministerial acerca de tal ponto da defesa ressalta o entendimento quanto à imprescritibilidade de débitos oriundos da prática de sobrepreço em contratos firmados com o Poder Público e que recentemente também vem sendo acolhida pelo Poder Judiciário, consoante se observa das ementas a seguir:

*"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. DESNECESSIDADE. CABIMENTO DA AÇÃO. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. BENEFÍCIO CONCEDIDO DE FORMA IRREGULAR. DANO AO ERÁRIO PÚBLICO. PRAZO PRESCRICIONAL. OMISSÃO NA LEGISLAÇÃO DA AÇÃO CIVIL. PRAZO VINTENÁRIO.*

*I - Descabido o litisconsórcio passivo com o Prefeito e vereadores que, à época, teriam aprovado a Lei Municipal que culminou por conceder benefício de forma irregular à ré na ação civil movida pelo Ministério Público Estadual, por não se subsumir à*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*hipótese do art. 47 do CPC, sendo partes somente a beneficiária e a Prefeitura.*

*II - É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de ser o Ministério Público legítimo para propor ação civil pública na hipótese de dano ao erário, uma vez que se apresenta como defesa de um interesse público.*

**III - A ação de ressarcimento de danos ao erário não se submete a qualquer prazo prescricional, sendo, portanto, imprescritível.**

*IV - Recurso improvido".(Resp 810785 / SP ; RECURSO ESPECIAL 2006/0005942-1 Ministro FRANCISCO FALCÃO T1 - PRIMEIRA TURMA DJ 25.05.2006 p. 184 - grifos nossos)*

*"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. INTERPRETAÇÃO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. APLICAÇÃO.*

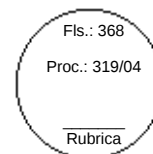
*I - O Agravante sustenta ter transcorrido o prazo prescricional de cinco anos para propositura da ação civil pública.*

*II - Ao se manifestar sobre a inoccorrência da prescrição, in casu, o aresto recorrido decidiu, verbis:"E não há que se falar em prescrição do direito de ação. O pedido inicial tem caráter declaratório (nulidade da licitação) e condenatório (ressarcimento ao Erário Público). Donde, inquestionável que o artigo 37, § 5º, da Constituição Federal, que estabelece a imprescritibilidade das ações de ressarcimento, repele a incidência da prescrição quinquenal apregoada pelos recorrentes. Vale dizer, o dispositivo reza que a lei deverá dispor de prazos de prescrição para apuração e responsabilização dos agentes públicos que provocarem prejuízos ao Erário. Porém, essa prescrição não atinge o direito de ressarcimento dos danos civis."(fl. 1003)*

*III - Verifica-se, portanto, que a Corte a quo afastou a alegação de prescrição com base na*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*interpretação de dispositivo de constitucional, sendo certo que a parte ora Recorrente não interpôs o competente Recurso Extraordinário para impugnar tal fundamento, e este é suficiente à manutenção do julgado, nos termos da Súmula nº 126/STJ, que dispõe: "É inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mante-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.*

*IV - Agravo Regimental improvido." (AgRg no REsp 727966 / SP ; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2005/0030915-3 Ministro FRANCISCO FALCÃO T1 - PRIMEIRA TURMA DJ 11.05.2006 p. 158)"*

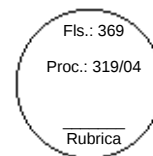
Nesse passo, é devida a responsabilização solidária da empresa ENGECOL - PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA. para, juntamente com os Senhores AGRÍCIO BRAGA FILHO e JOÃO LOPES NETO, ressarcirem ao erário o montante de R\$ 99.739,43 (noventa e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos).

Em decorrência da gravidade das irregularidades constatadas, entendo ser também devida a aplicação da penalidade capitulada no art. 56 da Lei Complementar nº 01/1994 aos agentes responsabilizados. No caso do Senhor AGRÍCIO BRAGA FILHO, deve ser aplicada a penalidade de 10% do valor do prejuízo apurado vez que sua atuação, como titular da pasta e signatário do contrato à revelia dos requisitos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, foi decisiva como motivo causador do prejuízo decorrente do superfaturamento apurado nos autos e não elidido em suas razões de defesa, também lhe devendo ser atribuídas as falhas observadas no processo de contratação direta da empresa, sobretudo a ausência de justificativa para o preços e a escolha do prestador, na forma anteriormente explanada.

Ao Senhor JOÃO LOPES NETO deve ser aplicada a multa de 5% do montante do prejuízo, vez que atestou faturas que denotavam óbvio sobrepreço, particularmente no tocante ao valor devido a título de mão-de -obra que, apesar de executado em 17 (dezessete) dias, foi pago tomando como base de cálculo a execução em 2 (dois) meses.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



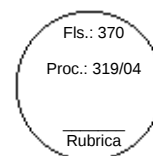
Deixo, entretanto, de acolher a proposta da instrução de que seja aplicada idêntica penalidade à empresa, por entender que a jurisdição desta Corte não alcança terceiros estranhos ao exercício de função pública para fins de aplicação da penalidade cogitada.

Isto posto, **VOTO** por que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento do Ofício nº 1388/GAB-ASTEL/CGDF, da Corregedoria-Geral do Distrito Federal; da defesa de fls. 142/148 e do Memorial de fls. 215/221, apresentados pelo Senhor AGRÍCIO BRAGA FILHO, e da defesa de fls. 313/318 apresentada pela empresa ENGECOL - PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA.;
- II - considere improcedentes as defesas apresentadas pelo Senhor AGRÍCIO BRAGA FILHO e pela empresa ENGECOL - PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA.;
- III - considere revel, para todos os efeitos, o Senhor JOÃO LOPES NETO;
- IV - nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Orgânica do TCDF, autorize a cientificação dos Senhores AGRÍCIO BRAGA FILHO e JOÃO LOPES NETO e da empresa ENGECOL - PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA para, no prazo de 30 (trinta) dias, providenciarem o ressarcimento, de forma solidária, do débito de R\$ 99.739,43 (noventa e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos), atualizado até 14.06.2006;
- V - julgue as contas irregulares nos termos do art. 17, III, "b", da Lei Complementar nº 01/1994;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- VI** - aplique ao Senhores AGRÍCIO BRAGA FILHO a multa individual de 10% do valor atualizado do prejuízo e, ao Senhor JOÃO LOPES NETO, a multa de 5% do valor do prejuízo, com fundamento no art. 56 da Lei Complementar nº 01/1996, cientificando-lhes para, no prazo de 30 (trinta) dias, providenciarem o seu recolhimento;
- VII** - aprove e mande publicar o Acórdão que ora submeto à apreciação plenária;
- VIII** - autorize o encaminhamento de cópia do Relatório de Inspeção nº 2.0028.05 ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, em complementação às cópias remetidas em atenção à Decisão nº 2.697/2005;
- IX** - autorize a extração de cópia dos autos e da Decisão que vier a ser proferida para seu posterior encaminhamento aos autos do Processo nº 929/2001 em que se examinam as Contas Anuais da Secretaria de Esportes e Lazer;
- X** - autorize o retorno dos autos à 2ª ICE para as providências pertinentes.

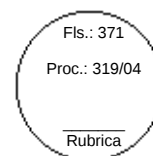
Sala das Sessões, em 31 de maio de 2007.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**

Conselheiro-Relator



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



**ACÓRDÃO Nº            /2007.**

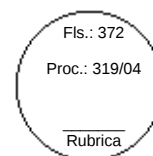
**Ementa: Tomada de Contas Especial. Realização de serviços de reforma da rede elétrica do Estádio Mané Garrincha. Ocorrência de sobre-preço no pagamento de itens da planilha de material e no valor da mão-de-obra por período superior à execução dos serviços. Contas irregulares. Determinação de ressarcimento do prejuízo e aplicação de multa.**

**Processo:** nº 319/2004 - TCDF.

**Nome/Função:**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



AGRÍCIO BRAGA FILHO, ex-Secretário de Estado de Esportes e Lazer, no exercício de 2000.

JOÃO LOPES NETO, ex-administrador do Estádio Mané Garrincha, no exercício de 2000.

ENGECOL – PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA., empresa executora dos serviços de reforma da rede elétrica.

**Órgão:** Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

**Relator:** Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA.

**Unidade Técnica:** Segunda Inspeção de Controle Externo.

**Síntese das irregularidades apuradas:** Irregularidade na contratação direta da empresa Engecol - Projetos e Edificações Ltda. para a execução de serviços de reforma da rede elétrica do Estádio Mané Garrincha, ocorrência de sobre-preço na planilha de itens de materiais e pagamento do valor da mão-de-obra por período superior ao efetivamente utilizado para a execução dos serviços.

**Valor do ressarcimento devido:** R\$ 99.739,43 (noventa e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos)

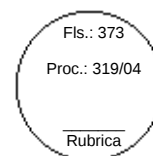
**Valor da multa aplicada:** 10% do valor do prejuízo ao Sr. AGRÍCIO BRAGA FILHO e 5% desse mesmo valor ao Sr. JOÃO LOPES NETO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, tendo em vista o que consta do processo, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:

- I - considerar improcedentes as defesas apresentadas pelo Senhor AGRÍCIO BRAGA FILHO e pela empresa ENGECOL - PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA.;
- II - considerar revel, para todos os efeitos, o Senhor JOÃO LOPES NETO;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- III - julgar as contas irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, da Lei Complementar nº 01/1994;
- IV - determinar a cientificação dos Senhores AGRÍCIO BRAGA FILHO e JOÃO LOPES NETO e da empresa ENGECOL - PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA para, no prazo de 30 (trinta) dias, providenciarem o ressarcimento, de forma solidária, do débito de R\$ 99.739,43 (noventa e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos), atualizado até 14.06.2006, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Orgânica do TCDF;
- V - aplicar ao Senhor AGRÍCIO BRAGA FILHO a multa individual de 10% do valor atualizado do prejuízo e, ao Senhor JOÃO LOPES NETO, a multa de 5% do valor do prejuízo, com fundamento no art. 56 da Lei Complementar nº 01/1994, cientificando-lhes para, no prazo de 30 (trinta) dias, providenciarem o seu recolhimento;
- VI - autorize o encaminhamento de cópia do Relatório de Inspeção nº 2.0028.05 ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, em complementação às cópias remetidas em atenção à Decisão nº 2.697/2005;
- VII - autorize a extração de cópia dos autos e da Decisão que vier a ser proferida para seu posterior encaminhamento aos autos do Processo nº 929/2001 em que se examinam as Contas Anuais da Secretaria de Esportes e Lazer;

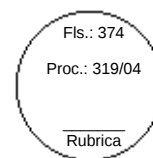
**ATA** da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de .....

**Presentes os Conselheiros:** .....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) .....



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



**Representante do MP presente:** Procurador(a) .....

\_\_\_\_\_

Presidente

\_\_\_\_\_

Relator

**Fui presente:** \_\_\_\_\_

Representante do MP